

Dossiê Educação

As diferentes narrativas sobre a Escravidão em livros didáticos de História dos séculos XX e XXI¹

Patrícia Duarte Pinto, UFPel²
Mozart Matheus de Andrade Carvalho, UFPel³

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar e comparar narrativas presentes em livros didáticos produzidos no início dos séculos XX e XXI com a finalidade de compreender como o negro, a escravidão e o movimento abolicionista no Brasil, foram abordados ao longo do tempo, nessas fontes. Nota-se que houve uma profunda alteração na abordagem dos conteúdos relacionados a essa temática, ocorridas, entre outros motivos, pela implantação de políticas públicas, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e a lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira nas instituições de ensino fundamental e médio de todo o país, juntamente com as mudanças da historiografia brasileira ocorrida a partir dos anos 1980, nomeadamente das pesquisas acadêmicas sobre a escravidão.

Palavras-chave: Livros Didáticos, História, Escravidão.

Abstract

The aim of this work is to analyze and compare narratives present in textbooks written in the beginning of the XX and XXI centuries with the purpose of understanding the approach on Black people, slavery and the abolitionist movement in Brazil over time in these sources. It is noted that there was a profound change in the approach to the content related to these themes, which occurred, among other reasons, by the implementation of public policies, such as the Programa Nacional do Livro Didático (National Textbook Program - PNLD), and the Law No. 10.639/03, which has made mandatory the study of Afro-Brazilian History and Culture in primary and secondary schools throughout the country, together with the changes in Brazilian historiography from the 1980s on, namely, academic researches on slavery.

Keywords: Textbooks, History, Slavery.

Introdução⁴

Os livros didáticos foram e continuam a ser o material de ensino-aprendizagem mais utilizado na sala de aula e representa um dos elementos fundamentais para a maioria das escolas públicas de nosso país. Neste suporte docentes e discentes têm um suporte teórico e metodológico para a construção do processo de ensino e aprendizagem, por meio de ilustrações e de conteúdos propostos na obra didática.

¹ O resumo expandido desse artigo foi publicado no Caderno de Resumo do III Encontro Discente do PPGH UFPel - Perspectivas Teóricas e Contemporâneas (2017).

² Graduanda do Curso de Licenciatura em História- UFPel. Contato: patriciadp11@hotmail.com

³ Graduando do Curso de Licenciatura em História- UFPel. Contato: mozart_matheus@hotmail.com

⁴ Este artigo resulta das atividades desenvolvidas no Laboratório de Ensino de História da UFPel (LEH/UFPel), no ano de 2017, orientado pela Profa. Dra. Lisiane Sias Manke.

Desta maneira o intuito neste trabalho é analisar e comparar narrativas presentes em livros didáticos de História produzidos no início do século XX e XXI com o objetivo de compreender como a história dos negros, a escravidão e a Abolição no Brasil, foram abordadas, levando-se em conta as inúmeras transformações do qual os livros didáticos sofreram ao longo do tempo.

As narrativas analisadas estão presentes nas seguintes obras e autores: História do Brasil (1918), de Rocha Pombo; História do Brasil (1946), de João Pereira Vitória; História do Brasil (1957), de Joaquim Silva; História: ensino médio (2010), Fausto Nogueira (org.).

Para essa análise foram selecionados livros no Acervo de Livros Didáticos de História do Laboratório de Ensino de História da UFPel, buscando investigar obras que apresentassem a maior quantidade de textos sobre a escravidão. De modo que nos possibilitassem verificar nos manuais didáticos as diversas abordagens sobre o assunto.

Dessa maneira, tentaremos compreender a disseminação da imagem do negro escravizado enquanto mercadoria, que predominou em alguns livros didáticos ao longo do século XX, apresentando-o como um ser passivo de sua própria história, incapaz de resistir ao sistema escravagista, de fazer as suas escolhas, tomar decisões sobre sua própria vida e negociar com seus senhores, conquistando autonomia econômica, social e cultural.

Por último analisaremos um livro didático de História do ano de 2010, o qual passou pela Lei 10.639/03 alterada pela Lei 11.645/08, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas, e determinou as diretrizes básicas de ensino para inserir o negro como constituinte e formador da sociedade brasileira. Dessa maneira, fizemos uma comparação com os livros didáticos das décadas de 10, 40 e 50, procurando mostrar como tem sido atualmente representado o negro na história brasileira, quais foram às mudanças historiográficas ocorridas, e como foram sendo transformadas pelos autores de acordo com o período em que foram sendo escritos.

Representações do negro escravizado nos Livros didáticos de História

Os livros didáticos de História tem sido uma importante ferramenta de ensino para alunos e professores da rede pública, pois esse é muitas vezes o principal material de consulta que detém a escola. Sendo assim, esse é um importante instrumento pedagógico para a formação de estudantes de escolas públicas, e está em constante mudança com o passar do tempo, adequando-se as políticas governamentais de cada período.

O livro didático também é uma mercadoria que respeita uma lógica do mercado, um objeto que de alguma maneira sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Dessa maneira, de acordo com Bittencourt (2002), na construção de um livro didático, são envolvidas várias pessoas, como editor e autor, e o livro, como objeto da indústria cultural, traz em si uma leitura organizada por profissionais envolvidos em sua produção.

Dando seguimento às ideias da autora Bittencourt, sobre os livros didáticos, pensamos nosso objeto de estudo, analisando como o negro, enquanto escravizado, é representado nos livros didáticos de História, percebendo as diferentes narrativas históricas que foram sendo construídas em diferentes produções de livros ao longo do tempo, procurando investigar como os livros didáticos de História, construíram leituras e análises sobre a escravidão brasileira.

Nos possibilitando também verificar em que medida a utilização de narrativas sobre a escravidão, podem contribuir de forma negativa na formação da identidade dos alunos, sendo que um dos objetivos principais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na construção da identidade.

O primeiro livro didático a ser analisado é *História do Brasil* (1918), do autor Rocha Pombo, produzido em São Paulo e publicado pela editora Weiszflog Irmãos, destinado ao ensino secundário. A obra foi publicada durante o início da Primeira República, para uma pequena parcela da população que tinha acesso à educação. Seu discurso possuía ideias, concepções e entendimentos que permeavam o pensamento social da época e que foram transferidos para o livro didático. No trecho a seguir podemos notar como o negro era visto por essa sociedade:

A policia perseguia desapiedadamente essas miseras criaturas que a crueldade dos homens convertêra em bandidos; e até, quasi sempre, os próprios senhores organizavam expedições contra os quilombos, atacando-os como si foram antros de alimárias. (POMBO, 1918, p. 145).

Nesse sentido podemos verificar a forma como o negro escravizado é compreendido nesse período, no trecho “A policia perseguia desapiedadamente essas *miseras* criaturas que a crueldade dos homens convertêra em *bandidos*” (grifo nosso), o autor descreve o negro como uma figura marginalizada na sociedade. Nesse caso, o negro não é nada além de uma miserável criatura, alguém que incita compaixão e que se encontra em relação de passividade diante do agente responsável pela ação, e para, além disso, a crueldade dos homens (brancos) os transforma em bandidos, ou seja, suas ações de resistência os transformaram em bandidos, pessoas a margem da lei, perigosas.

Em um período pós-abolição no Brasil, a publicação do livro didático reforçava um discurso que tomava os negros como um problema em meio à sociedade, colocando ao leitor uma história única, uma visão racista que “[...] pode propagar estereótipos acerca do indivíduo negro nos livros didáticos de História, podendo reforçar a condição deste como mercadoria e também como um sujeito incapaz, rebelde e passível de castigos”. (VARGAS, 2011, p. 2550).

A desumanização do negro fica latente ao se utilizar o adjetivo “alimárias” quando o autor se refere aos ataques aos quilombos e a caça aos negros. A relação dos negros para com os brancos aqui é sempre construída baseada na inferioridade, desigualdade e subalternidade. Dessa forma segundo Tavares (2007) “[...] a leitura errônea de interpretações pode trazer prejuízos à formação dos alunos, deste modo tais interpretações estariam promovendo a desigualdade, possibilitando formas de racismo e discriminações de origem étnica, cultural e religiosa”.

O capítulo em questão narra as fugas dos escravizados e por consequência a formação dos quilombos, mas o Quilombo não é referenciado por Rocha Pombo como sendo uma das principais formas de resistência contra a escravidão, mas sim como um “antro de alimárias”, no qual as pessoas ao redor tinham medo das reações e salteamentos desses escravizados que eram considerados bandidos.

O segundo livro *História do Brasil*, de João Pereira Vitória, publicado em 1946, pela editora Livraria Francisco Alves, em São Paulo nos traz dois trechos importantes para compreender como era a relação entre o senhor e o escravo no sistema escravagista no Brasil Colônia:

Se, falando cristã e humanamente, era de lamentar a escravidão, não devemos, contudo, pensar que em todos os lugares e todos os senhores de escravos usassem dos maus tratos de que tanto falaram os paladinos da abolição, dramatizando propositadamente as coisas.

Apesar dos exageros aqui havidos, foi no Brasil, segundo o depoimento de viajantes estrangeiros, que o escravo, de modo geral, recebeu melhor trato. (VITÓRIA, 1946, p. 115).

Nessa narrativa o autor cria uma visão mais branda da escravidão, colocando em comparação o sistema escravagista brasileiro com os demais, afirmando “melhores condições” em contraponto a outros países. Todavia essa visão é bem problemática, uma vez que não há como equiparar melhores condições em um contexto de opressão contínua tanto física quanto mental, alguns negros podiam sofrer mais que outros referentes ao sistema que eram submetidos, porém todos estavam na mesma condição de escravizados, e sujeitos aos mesmos castigos, esse último apenas variava dependendo das suas especificidades sócio

geográficas. Num segundo momento, o livro está baseado em uma historiografia que se apoia no depoimento de viajantes estrangeiros, que não necessariamente tem um conhecimento aprofundado da realidade do escravizado brasileiro, e nem tem vivência ou empatia para compreender as complexidades que estão envolvidas na opressão racial deste regime, que vão para além do castigo físico.

É também apresentada na narrativa, uma visão cristã-bondosa dos senhores brasileiros, que pode ser explicada pelo modo de tratamento que os países de colonização britânica tinham com os seus escravos.

Na América inglesa foram negados aos escravos os privilégios do cristianismo [...] os senhores impediam a pregação do evangelho, pois isso iria interferir no controle dos escravos, incutindo ideias subversivas de liberdade e rebelião. A crença de que a doutrina cristã tornaria os cativos mais dóceis e obedientes não convenceu os senhores. (MATHEUS, 2016).

O autor João Pereira Vitória nos traz mais dois trechos importantes para observarmos as relações do sistema escravista:

Era costume generalizado, no Brasil, dar ao escravo o dia de sábado, para que ele o empregasse, conforme bem entendesse. Era-lhe também reconhecido o direito de guardar o que produzia. Foi isto chamado o "sistema do Brasil", e com grande êxito introduzido nas Antilhas, pelos judeus holandeses, expulsos do Recife, informa-nos Pedro Calmon [...] Deste modo, se explica o facto de muitos escravos continuarem a trabalhar, com os seus senhores, mesmo após a abolição. Não se deram aqui, aquelas terríveis vinganças de Haiti, que produziram tantos crimes horripilantes. (VITÓRIA, 1946, p. 116).

O autor nesse trecho faz uma alusão às relações do sistema escravista como se fosse de “boa-convivência e bondade”, afirmando que os senhores eram bondosos com os seus escravizados dando o dia do sábado para o descanso, o direito de propriedade e assistência religiosa. Mas segundo os autores João José Reis e Eduardo Silva na obra “Negociação e Conflito” (1989) teriam sido os próprios escravos que teriam lutado por essa autonomia, conquistando os espaços na sociedade que viviam, persistindo e se rebelando quando fora necessário, de diversas formas, como fugas temporárias, sabotagens, revoltando-se e formando quilombos, levando os seus senhores a negociarem com eles.

O que une esses dois trechos do livro é a desvalorização que se tem das lutas empreitadas pelos africanos pela decisão dos seus destinos. No primeiro trecho é exposto novamente a boa índole do senhor de escravizados, a relação de passividade dos negros em nenhum momento é relativizada; visão permeada pelos pensamentos de Gilberto Freyre

sintetizadas em sua obra literária *Casa-grande & Senzala* (1933)⁵, que sugere a harmonia na relação entre escravizados e senhores. De outro modo, essa relação pode ser entendida como uma negociação entre ambos, compreendendo a sociedade como uma relação de forças, os senhores não poderiam criar um ambiente que oferecesse maiores possibilidades de uma revolução como no caso do Haiti, por isso negociar sábados, por exemplo. O sistema do Brasil era uma contra relação de forças dos escravizados, era um modo de resistência.

No segundo trecho produz-se uma demonização da Revolução Haitiana, um discurso que apresenta os negros como perigosos e vingativos para a sociedade. A revolução é assim indicada nos livros didáticos como um fato infeliz, atribuindo aos negros haitianos à selvageria e agressividade, que não se assimila a figura do negro brasileiro, de caráter dócil e harmonioso. Nesse contexto segundo Vargas (2011, p. 2550):

Os escravos negros e afrodescendentes poderiam ser tratados nos manuais didáticos como sujeitos capazes de transformar as relações de dominação, pois geralmente são omitidos os casos de ascensão social de negros e não os representam como agentes ativos no processo histórico.

É necessário entender a sociedade brasileira fora de moldes Freyrianos, os quais entendem essas relações entre brancos e negros como harmoniosas, pois a escravidão foi um período marcado pela resistência negra, seja em quilombos, como nas senzalas negociando com seus senhores, com fugas e para, além disso, resistindo culturalmente, mantendo suas músicas, lutas, religiões e hábitos, que graças a essa resistência não foram apagadas.

No último parágrafo também podemos observar que o fato de ex-escravizados continuarem nas fazendas de seus senhores após a Abolição (1888) não foi resultado da “bondade” desses, mas pelo fato de esses negros recém-libertos não terem para onde ir, pois apenas a Lei Áurea não foi suficiente para dar liberdade a essas pessoas.

Ainda na obra de João Pereira Vitória, no capítulo VIII- Abolição do Cativo nos chamou atenção também como o autor construiu o discurso da abolição da escravatura no Brasil, inserindo uma imagem da Princesa Isabel à direita na página, apontando ela como a principal responsável pela Abolição no Brasil, destacando suas qualidades, como sendo uma mulher de caráter generoso e cheio de bondade, com a seguinte legenda:

⁵ A ideia de que a relação escravista entre negros e brancos no Brasil era mais branda e harmoniosa remota o século XVIII baseada nas cartas de viajantes europeus que percorreram as Américas e ao se depararem com a realidade brasileira em contraponto a países caribenhos e norte-americanos, encontraram maior mobilidade social entre os escravizados brasileiros (alforrias), que baseou o pensamento Freyriano ao descrever uma suposta harmonia e integração sócio cultural dos negros em seu livro.

Fig.39- Princesa D.^a Isabel (1846-1921)- Filha do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D.^a Teresa Cristina; casou com o conde d'Eu neto do rei da França, Luís Filipe.

Três vezes foi regente do Império; sancionou a lei do ventre livre e a da abolição completa. Carácter generoso e cheio de bondade, o seu nome é respeitado em todo o Brasil, sem distinção de partidos. (VITÓRIA, 1946, p. 121).

A abolição é vista assim como um fato que só se tornou possível graças à bondade da Princesa Isabel, ignorando os diferentes fatores que levaram finalmente a libertação dos escravizados. O fim do sistema escravagista é descrito como um fato, a assinatura da Princesa regente no dia 13 de maio, que desfez a ordem social e a política do período. A mudança estaria ligada à Lei Áurea e não ao processo histórico que resultou no abolicionismo com as lutas e suas questões econômicas e sociais.

Assim, após esse acontecimento, a presença do negro na construção da História do Brasil desaparece das narrativas históricas em livros didáticos é como se a abolição representasse um momento de superação das desigualdades sociais e raciais na sociedade brasileira. Esta realidade nos livros didáticos dificulta a problematização da condição do negro após a abolição, na medida em que este acontecimento não foi um ato de generosidade da Princesa.

O terceiro livro didático História do Brasil do autor Joaquim Silva, publicado em São Paulo, pela editora Companhia Editora Nacional, em 1957, é destinado ao ensino ginásial e possui um capítulo chamado “A Colonização” no qual se refere aos principais povoadores da colônia, entre eles o negro, em que o autor indica como “escravo negro”.

A chegada dos infelizes africanos ao Brasil era por eles desejada como um têrmo aos horrores que padeciam na viagem; a escravidão os esperava; mas os novos senhores seriam, em sua maioria, menos desumanos que os da África ou dos navios negreiros.

Dos mercados onde eram vendidos, iam logo para seu destino, nos trabalhos da lavoura, dos engenhos, das oficinas. Nos sítios e fazendas habitavam senzalas, vastos alojamentos próximos da Casa-grande dos senhores. Estavam sempre ameaçados de ser castigados pelo chicote do feitor, impiedoso. Aos escravos reincidentes na fuga, ou por outras causas, impunham-se outras punições, como a prisão no tronco e o porte de grossos anéis de ferro ao pescoço. Entretanto, as leis, a índole benévola da maioria dos senhores, inspirados pela religião, procuravam diminuir as durezas do cativo; isso, porém, não impedia que os escravos procurassem, às vezes, reagir às torturas a que os sujeitavam. Eram numerosos os casos de vingança dos pretos maltratados. Muitos fugiam das fazendas, trazendo, depois, em sobressalto os viandantes; mas viviam perseguidos como feras pelos inclementes capitães-do-mato. Às vezes os pretos fugidos reuniam-se para viverem em comum na mata, em lugar de fácil defesa ou difícil acesso: os mucambos ou quilombos. (SILVA, 1957, p. 49).

Nesse trecho do capítulo o autor indica as formas de violência que sofriam os escravizados, as punições que sofriam em caso de fuga, explicitando-as como prisões no tronco e o porte de grossos anéis de ferro ao pescoço. Essas eram duas maneiras de humilhar e castigar os escravizados, mas, no entanto, o autor no mesmo parágrafo ao falar sobre a resistência, adjetiva os negros como sendo bandidos, pois mesmo os senhores sendo “benévolos” os escravizados reagiam às torturas e se vingavam. Assim, colocando novamente o negro como um ser inferior, uma simples mercadoria, que não podia se rebelar e ter voz.

Por último analisamos um livro didático do século XXI, *História: ensino médio*, organizado por Fausto Nogueira, publicado em São Paulo, pela editora Edição SM no ano de 2010, que compõe a Coleção “Ser Protagonista”, destinado ao segundo ano do Ensino Médio. Realizando algumas leituras sobre a escravidão no Brasil neste livro, percebemos que mudaram vários aspectos na narrativa histórica comparada com as anteriores do século XX, vejamos por que, a partir do excerto que segue:

O conjunto de ações dos abolicionistas, as fugas em massa dos escravos e o apoio da população urbana foram fundamentais para impedir que a escravidão continuasse por mais tempo. Quando, vestida de seda e renda, a princesa regente chegou ao Paço Imperial para a cerimônia pública de assinatura da lei, teve de atravessar uma multidão de mais de 10 mil pessoas, que a aplaudiram e davam-lhe vivas. O escritor Machado de Assis declarou que aquele foi o único delírio popular a que se lembrava ter assistido. Em grande parte do século XX, os livros didáticos e as comemorações do Treze de Maio reproduziram essa visão de abolição como doação caridosa da ‘princesa Redentora’. Hoje em dia essa concepção vem dando lugar ao entendimento de que a abolição foi um processo complexo em que intervieram vários fatores, mas no qual se destacam heróis anônimos-homens e mulheres escravizados, libertos ou livres-negros, em sua maioria. (NOGUEIRA, 2010, p. 303).

Nesses trechos retirados de uma Leitura Complementar ao final do capítulo “O Segundo Reinado no Brasil”, há a desmitificação da Princesa Isabel como sendo uma redentora, principal responsável pela Abolição na Escravidão, a partir daí os autores tem uma discussão historiográfica de que a Abolição da Escravatura no Brasil se deu por vários motivos, que foram as pressões externas da Inglaterra, juntamente com o movimento abolicionista interno que houve no país, mas principalmente o papel dos negros, escravizados ou libertos, que massificaram suas resistências e participaram ativamente nesse processo que levou a assinatura da Lei Áurea.

Na leitura intitulada “Ontem e hoje: Trabalho escravo, um crime contra a humanidade”, localizado ao final do capítulo também, podemos observar que o autor faz uma

relação entre a escravidão no Brasil Colônia e Império e o trabalho escravo nos dias de hoje em nosso país. Ressaltando que a liberdade e direitos humanos não foram alcançados pelos negros apenas com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, mas a partir desse ato jurídico foram adquirindo esses direitos muito lentamente, como também o autor expõe a precariedade de condições de vida em que os ex-escravizados foram submetidos após a Abolição da escravatura.

Observamos que as narrativas históricas sobre o negro, a escravidão e o movimento abolicionista variam de acordo com o período em que são publicados os livros didáticos de História. Percebemos que durante muito tempo predominou nos manuais discursos preconceituosos e racistas acerca da história da escravidão em nosso país, dando força a uma cultura racista difícil de desfazer em nossa sociedade. Há muito pouco tempo esses discursos começaram a mudar, com o objetivo de já não mais apagar a história da escravidão, mas conta-la como forma de conscientizar a todos nós, de que precisamos de um país justo e com igualdade de direitos.

Tais mudanças das construções de narrativas sobre esse e outros grupos populares nos livros didáticos se constituem enquanto consequência da virada historiográfica que ocorreu no Brasil a partir da década de 70, que fomentarão uma nova escrita sobre esses sujeitos invisíveis da história.

A historiografia brasileira esteve desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) desenvolvida a partir das produções teóricas de países da Europa Ocidental e Estados Unidos que durante o século XX estiveram ligadas a modelos marxistas para se compreender a história pelo uso do materialismo histórico. Contudo esse modelo começa a entrar em desgaste a partir da década de 70 no Brasil, principalmente por coincidir com um período de expansão de pesquisas acadêmicas e cursos de pós-graduação no país e também por se demonstrar demasiado conservador e hierarquizado, não conseguindo abranger as camadas populares na construção da História brasileira, os tornando passivos aos grupos e instituições políticos e economicamente dominantes.

A partir da década de 80 seguindo a revolução thompsoniana (1988), a nova historiografia brasileira irá começar a dar maior foco as questões culturais e subjetivas para compreender a história do Brasil, as propostas de Thompson irão impactar na narrativa histórica de modo a deslocar sua ênfase para os indivíduos ao invés das superestruturas, a ação social e a interferência dos agentes históricos (RAGO, 1999).

Considerações Finais

Analisando e comparando narrativas em diferentes livros didáticos de História, dos séculos XX e XXI, percebemos que houve alteração nos conteúdos relacionados à escravidão e a abolição no Brasil. Embora compreendemos que esta seja uma análise inicial, que merece ser ampliada a partir da investigação de outros livros didáticos que circulam atualmente nas escolas públicas, para que se possam compreender as narrativas atuais sobre a escravidão. Contudo, é possível evidenciar diferentes narrativas sobre o tema em evidência. As alterações ocorridas nessas narrativas são resultado de novos enfoques teórico-metodológicos em pesquisas acadêmicas sobre a escravidão e também da implantação de políticas públicas, como o Programa Nacional do Livro Didático que disponibiliza e avalia as obras didáticas para as escolas.

Do mesmo modo como a Lei Federal 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio de todo o país, onde percebe-se uma inclinação a valorizar a participação de negros e negras em movimentos sociais que acabaram resultando no fim da escravidão no Brasil.

Acreditamos que dois elementos foram determinantes para que ocorresse essa mudança ao que diz respeito à forma e aos conteúdos em que a escravidão e o negro aparecem nas narrativas. O primeiro deles teria sido a mudança na historiografia brasileira ocorrida a partir dos anos 1980, particularmente das pesquisas acadêmicas sobre a escravidão, no qual se tem o interesse de buscar na história da escravidão a participação do negro escravo nesse sistema e compreendê-lo. O segundo elemento seria as políticas públicas instituídas pelo governo federal no que diz respeito ao ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas.

Mas também foi crucial o papel desempenhado pelos numerosos movimentos negros presentes no Brasil, que desde 1950 passaram a reivindicar o estudo da história da África assim como dos afrodescendentes. Segundo Santos (2010):

[...] ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. Parte desta reivindicação já constava na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, que foi promovido pelo Teatro

Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 1950, portanto, há mais de meio século. (p. 23).

Alguns intelectuais negros que contribuíram também para essa mudança foram Beatriz Nascimento (1942-1995), Lelia Gonzalez (1935-1994), Clovis Moura (1925-2003), dentre outros que com suas mobilizações e pautas reivindicatórias desde o período escravocrata no país, alcançaram sua liberdade jurídica e seguiram sua luta pelos seus direitos, que por muito tempo continuaram sendo negados. A inconformidade do povo negro em ser esquecida na história brasileira, fez com que continuassem pressionando o governo federal a fazer concessões, e tornaram-se mais visíveis, tanto na sociedade quanto nas Universidades por meio de ações afirmativas.

Fontes

NOGUEIRA, Fausto. (org.) **História: ensino médio**. São Paulo: Edições SM, 2010- Coleção ser protagonista.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.

SILVA, Joaquim. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

VITÓRIA, João Pereira. **História do Brasil**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1946.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. Livros Didáticos entre Textos e Imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**; trad.: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 394p.

MATHEUS, Marcelo Santos. Frank Tannenbaum e os direitos dos escravos: religião e escravidão nas Américas. **Afro-A'sia**. Bahia, n. 51, p. 213-250, 2015.

NABUCO, Joaquim. **Que é o abolicionismo**. São Paulo: Penguin, 2011. 58p.

SANTOS, Sales Augusto do. A Lei n. 10.639/2003 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: MEC/BID/UNESCO. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=72>. Acesso em: 26 dez. 2017.

ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo (orgs). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 13-31.

TAVARES, Adriana Gomes. A Representação do Negro nos Livros Didáticos de História em Minas Gerais (1960-2005). **Anais do IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais**. Minas Gerais, 2007.

VARGAS, Claudinéia da Silva. Representação: O Escravo Negro no Livro Didático de História. **Anais do V Congresso Internacional de História**. Paraná, 2011.

VOGT, Olgário Paulo; BRUM, Meline de Barros. Escravidão e Negros em livros didáticos de História. **Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 52-74, 2016.